



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

| | |
|--------------------|---------------------------|
| Processo nº | 13116.001384/2003-83 |
| Recurso nº | 132.817 Voluntário |
| Matéria | IMPOSTO TERRITORIAL RURAL |
| Acórdão nº | 301-33.615 |
| Sessão de | 25 de janeiro de 2007 |
| Recorrente | EDIVAM ADORNO BUENO |
| Recorrida | DRJ/BRASÍLIA/DF |

Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

Exercício: 1999

Ementa: ITR. PROVA. Devem ser considerados os dados comprovados por meio de Laudo Técnico elaborado por profissional habilitado e acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, revestido de formalidades e exigências técnicas mínimas, devendo produzir os efeitos pretendidos.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "OTACÍLIO DANTAS CARTAXO".
OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES".
IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES - Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Valmar Fonsêca de Menezes, Susy Gomes Hoffmann, Carlos Henrique Klaser Filho e Davi Machado Evangelista (Suplente). Ausente a Conselheira Atalina Rodrigues Alves. Esteve presente o Procurador da Fazenda Nacional José Carlos Dourado Maciel.

Relatório

Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado Auto de Infração (fls. 01/07), para lançamento do ITR/1999, referente ao imóvel denominado “fazenda Delgado”, localizado no Município de Niquelândia/GO.

Foram efetuadas as seguintes glosas:

- Área de Preservação Permanente, sendo desconsiderado o valor declarado, por ausência de Laudo elaborado por engenheiro agrônomo ou florestal;

- Área de Reserva Legal, sendo desconsiderado o valor declarado, em razão da ausência de averbação à margem da matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis;

- Área ocupada com benfeitorias, sendo desconsiderado o valor declarado, por ausência de laudo;

- Utilização das pastagens, sendo desconsiderado o valor declarado, por ausência de comprovação da vacinação do gado existente em suas pastagens no ano de 1998; e

- Valoração da Terra Nua, sendo considerado o VTN constante da Tabela SIPT, por ausência de Laudo de Avaliação de Imóveis Rurais.

A DRJ-Brasília/DF indeferiu o pedido do contribuinte (fls. 30/33), nos termos da ementa transcrita adiante:

“Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR

Exercício: 1999

Ementa: DA COMPROVAÇÃO ODS DADOS DECLARADOS NA DITR/99. Cabe manter as glosas efetuadas pela fiscalização, quando não apresentados os documentos de prova exigidos por ela, para comprovação dos dados cadastrais informados na correspondente declaração (DIAC/DIAT), do exercício de 1999.

Lançamento Procedente.”

Irresignado, o contribuinte apresentou Recurso Voluntário a este colegiado (fl.82), onde alega que o Laudo Técnico apresentado, mesmo após a impugnação, deve ser aceito, vez que tal documento comprova cabalmente que o fato gerador do débito lançado deve ser excluído em sua totalidade. Alega que a demora na apresentação do Laudo decorreu do fato de se tratar de um trabalho técnico especializado, tendo havido dificuldades para encontrar profissional capacitado para a sua elaboração no interior de Goiás.

Ao final, pede seja apreciado prelito Laudo Técnico e a decorrente anulação do Auto de Infração.

Ao final, pede deferimento.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Irene Souza da Trindade Torres, Relatora

Ao teor do relatado, versam os autos sobre Auto de Infração lavrado contra o contribuinte retro identificado, em razão da falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade territorial Rural, exercício 1999, referente ao imóvel denominado “Fazenda Delgado”, localizado no município de Niquelândia/GO.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento manteve as glosas efetuadas pela fiscalização em razão da ausência nos autos de Laudo Técnico até à data daquele julgamento, muito embora na impugnação o contribuinte tenha informado que estava providenciando referido documento.

Conforme afirmou a decisão *a quo*, dispõe o Decreto nº 70.235/72, que disciplina o processo administrativo fiscal, que as provas que fundamentam a defesa do recorrente devem ser apresentadas quando da impugnação.

In casu, entendo, entretanto, que somente a observância formal da lei não é o melhor posicionamento, sendo que as provas apresentadas pelo contribuinte, que permitem o acolhimento do mérito postulado pela reclamante, devem ser acolhidas em fase recursal, mesmo quando oferecidas em momento posterior ao da impugnação. Isto porque, comprovada a situação fática alegada pela recorrente, não deve o formalismo sobrepor-se à busca pela verdade real como princípio informador do processo administrativo fiscal. Tal posicionamento resguarda a boa-fé do contribuinte, que declarou corretamente o valor tributário devido, bem como evita o enriquecimento sem causa em prol do Fisco, até mesmo porque este não é o intento do tributo em questão, que não possui caráter meramente arrecadatório, mas visa desonerar aqueles que cumprem a função social da terra (produtividade, proteção ao meio-ambiente, etc) e onerar apenas aqueles que especulam.

Isto posto, e considerando que o Laudo Técnico juntado aos autos foi elaborado em estrita conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, **DOU PROVIMENTO** ao recurso voluntário, para que sejam considerados integralmente os dados informados no Laudo de Avaliação apresentado.

É como voto.

Sala das Sessões, em 25 de janeiro de 2007


IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES - Relatora